

humanitas

Vol. XXV-XXVI

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

HVMANITAS

VOLS. XXV E XXVI



COIMBRA
MCMLXXIII-IV



condena, sem hesitações, o procedimento de Jasão no abandono de Medeia. O facto de Jasão afirmar o seu comportamento regido por antigas virtudes (p. 23) não implica a verdade da afirmação. O A. toma demasiado a sério as palavras de Jasão. Do mesmo modo me parece exagerada a compreensão de L. Bergson relativamente à atitude de Jasão, ao contrair novas núpcias com a filha de Creonte. A generosidade patenteada pelo herói nos vv. 460 sqq. não passa de uma afronta aos sentimentos de Medeia.

A análise que o A. faz do *Hipólito* parece-me menos sujeita a objecções. Os conceitos de *αἰδώς*, *εὐσέβεια* e *σωφροσύνη* são discutidos com rigor e equilíbrio nas suas relações com os factores determinantes da acção dramática. Correcta a orientação de buscar no conceito de «honra» a explicação fundamental das dificuldades que levanta o comportamento de Fedra.

Também a discussão da problemática da *Alceste* merece concordância nas suas linhas gerais. Saliente-se, por ex., a boa valorização da cena Feres-Admeto e a interpretação adequada da angústia de Alceste perante a morte, iluminada pela comparação feliz com o caso da Antígona de Sófocles.

A conclusão do trabalho esclarece, acertadamente, que «os dramas de Eurípedes podem ser considerados como contribuições para o debate sobre os valores humanos» (p. 99), entendendo-se, porém, que o tema essencial das peças nunca é a discussão destes conceitos. Eurípedes, afirma L. Bergson (p. 100), é fundamentalmente um poeta, não um filósofo.

Em apêndice a esta obra apresenta o A. um estudo sobre os planos de vingança de Medeia. O problema central do infanticídio é aqui objecto de larga discussão. Observe-se, em 1.º lugar, que o A. adopta a opinião de Schlesinger sobre o tema da morte «por necessidade» que, a certa altura, sucede ao tema da morte «por vingança», afirmando que o 1.º é parte do 2.º, dado que a morte das crianças é nele considerado como «parte necessária da vingança». O texto (vv. 1236 sqq.) não convida, porém, a esta interpretação: morte por vingança e morte por necessidade surgem como soluções independentes no espírito perturbado de Medeia. E a relação entre a hipotética perseguição dos Coríntios aos filhos de Medeia e a morte destes por necessidade parece evidente a quem considera o texto sem ideias preconcebidas. Isto não quer dizer que a morte dos filhos não deva ser considerada como parte necessária da vingança de Medeia, mas esta, a certa altura, recua ante a perspectiva monstruosa e tenta justificar-se, humanamente, com uma hipotética necessidade. Penso que o perigo dos Coríntios não é mais que uma desculpa a que Medeia se agarra para mascarar momentaneamente a verdadeira intenção do seu acto.

Tem razão o A. ao recusar a tese de Friedrich, segundo a qual a ideia da morte das crianças está de algum modo implícita na decisão de matar a noiva e o pai desta. É que, simultaneamente, Medeia anuncia a morte de Jasão e, neste caso, perde todo o sentido a morte das crianças para fazer sofrer o pai.

Embora considere importante a cena de Egeu, não admite L. Bergson que nela germine em Medeia o pensamento do infanticídio. Valoriza a este respeito o 1.º agon entre Jasão e Medeia (no 2.º episódio), mas, contrariamente à opinião do A., não se deduz dos vv. 573 sqq. que Jasão atribua aos filhos um valor excepcional. Isso é, de facto, visível nos vv. 920 sqq. do 4.º episódio, mas nessa altura já Medeia tomara a sua decisão de infanticídio. Não parece, pois, que seja no referido agon, como pretende L. Bergson (p. 110), que se gera no espírito de Medeia a ideia do

infanticídio, como forma de ferir profundamente Jasão. O impulso decisivo, segundo a opinião geralmente aceite, será dado pela conversa com Egeu. Aliás, o próprio L. Bergson reconhece que nada do que Medeia diz no agon entre ela e o marido dá a entender o que se passa na sua alma (p. 110). Para concluir, direi que é correcta a afirmação da importância das cenas para a compreensão da transformação que se opera no comportamento dos heróis trágicos euripídios (p. 111), mas esta verdade, aplicada à *Medeia* e, mais concretamente, à concepção do plano de infanticídio, deve, em minha opinião, valorizar, não o agon do 2.º episódio entre Jasão e Medeia, mas a cena de Egeu, que ocupa a 1.ª parte do 3.º episódio.

M. OLIVEIRA PULQUÉRIO

JACQUES ANDRÉ — *Emprunts et Suffixes Nominaux en Latin*. Centre de Recherches d'Histoire et de Philologie de la IV^e Section de l'École Pratique des Hautes Études. III. Hautes Études du Monde Gréco-Latin, 4. Genève, Librairie Droz — Paris, Librairie Minard, 1971, 153 pp.

A investigação moderna tende, como é natural, a afinar os seus instrumentos de trabalho, a tornar mais rigorosas as suas metodologias à medida que os campos de investigação, mercê exactamente dessas tendências, se definem com mais nitidez. Um caso é o da lexicologia.

Os estudos sobre o léxico são já de longa data; a curiosidade antiga em relação a palavras de línguas diferentes, as listas de termos e vocábulos organizadas segundo determinados critérios, que podiam ir da articulação fónica mais obediente a uma norma até ao agrupamento da terminologia específica de um dado campo da actividade humana, mais tarde os dicionários — são pontos de uma história longa dos interesses e curiosidades pelo vocabulário.

A reprodução mecânica, em número praticamente infinito, de exemplares sempre iguais, que a tipografia permitiu desde os fins do século xv, facilitou, evidentemente, o interesse pelos dicionários, acabando por se aceitar, metodologicamente, que o léxico de uma língua se esgotava num dicionário.

Mas fácil é compreender a falacidade desta crença. No caso das línguas ditas vivas é mais que óbvia a dificuldade se não a impossibilidade de arquivar a totalidade do léxico; mas no que respeita às línguas antigas a mesma dificuldade subsiste, visto que as investigações epigráficas, alimentadas pelas arqueológicas, vão enriquecendo o património lexical de nós conhecido.

Por outro lado, não basta, para responder às exigências da curiosidade intelectual de hoje, elaborar uma lista de vocábulos; como não é bastante ordená-los de acordo com a cronologia das fontes documentais. Qualquer estudo que incida sobre o vocabulário de uma língua terá que evidenciar o poder criador dessa mesma

língua, pelo que terá de ser posto em relação com todos os outros aspectos da realidade histórica e social de que a língua também faz parte. Parece-nos ser óbvio que uma tal análise terá que, fundamentalmente, diferenciar os níveis da sua incidência, visto que as relações de comportamento que a palavra mantém no enunciado com as outras unidades são múltiplas: umas hão-de caber no nível da norma linguística, outras pertencerão ao campo da significação conceitual, outras à disponibilidade do vocábulo no corpo lexical da língua.

Neste contexto dois assuntos há que, de certo modo, polarizam a problemática das investigações técnicas lexicais: a questão dos neologismos e a dos dicionários.

O trabalho que temos na nossa presença incide sobretudo sobre o primeiro, embora haja recorrido aos segundos para a sua elaboração. Na «Introduction» J. André, evitando divagações, enuncia os princípios metodológicos que seguiu neste estudo. Refere a bibliografia sobre o assunto, reduzida se a compararmos com a respeitante a outros campos e aspectos da antiguidade. Mas como o trabalho incide sobre os empréstimos lexicais, há que responder a dois quesitos: o dos limites cronológicos e o da legitimidade e representatividade real das datações. Em relação ao primeiro, a data limite em que terminou a recolha do material foi o princípio do séc. VII d.C., dividindo o Autor toda a história da língua latina desde as origens até esse momento em dois grandes segmentos: um das origens até ao séc. II d.C., escalonado em cinco períodos (no que coincide com a sondagem de J. Perrot para os sufixos *-men* e *-mentum*) e um outro até ao séc. VII d.C., subdividido também em cinco períodos; um total de dez períodos, portanto.

Em relação ao problema delicado do valor e significado da mais antiga exemplificação documentada de uma forma — e, concomitantemente, do vocabulário disponível e do *hapax* (pp. 125-126) —, considerou o A. que os perigos, neste seu caso, seriam relativamente compensados pelo facto de o vocabulário estudado dizer quase exclusivamente respeito a abstractos e nomes de agente, para os quais os dados históricos forneceriam alguma ajuda na datação.

A quem se coloca preferentemente numa perspectiva cultural e histórica, é esta a senda por onde trabalhos como o presente se revelam do maior interesse. A entrada de novos termos numa língua é, no fundo, também um problema de recepção de uma novidade por parte de uma dada colectividade. Mas se estudarmos o mecanismo por esta perspectiva, teremos de levar em linha de conta, na investigação, os vários níveis de língua e os grupos sociais que, de uma maneira ou doutra, os praticam. Não é esta a preocupação central do A., nem a tal o poderíamos obrigar. Mas, a nosso ver, essa orientação poderia satisfazer o desejo de encontrar, por exemplo, uma explicação mais «completa» das razões por que se regista pouco vocabulário latino em *-men* e *-mentum* directamente oriundo de *-mn̄*, em comparação com os empréstimos gregos em *-ma*. De acordo com a documentação apresentada pelo A., verifica-se que o latim recorreu ao decalque de formas em *-men* e *-mentum* sobre sufixos em *-μα* para satisfazer uma necessidade de alargamento lexical em campos especializados, como o de terminologia medicinal (p. 30). Da observação do gráfico da p. 30 nota-se que, depois do VIII período (séc. IV-V d.C.), as formas em *-ma* se tornam mais abundantes do que as propriamente latinas em *-men* e *-mentum*. No entanto, a situação é diferente no que respeita ao léxico referente a objectos e noções relacionados com a religião e o culto cristãos (p. 27). Isto conduz o A. a ver na correspondência *-μα* / *-mentum* o exemplo típico da grande influência que

um sufixo de uma língua pode exercer sobre um análogo de outra; situação esta última que ele relaciona, na linha dos estudos de Mohrmann, com as traduções dos textos sagrados, onde o sufixo *-mentum* traduz, normalmente, *-μα*.

Sente-se, entretanto, que, se no campo restrito da linguística se tem de aceitar como possível razão certa incapacidade de a língua criar neologismos em *-men* e *-mentum* (p. 29), falta algo mais: em que níveis culturais e no seio de que grupos sociais actuavam tais sufixos e de acordo com que normas? É que, ao que podemos julgar, o abandono de certos elementos linguísticos e a sua substituição por outros, às vezes de importação, pode acompanhar certas modificações do horizonte de sensibilidades e mentalidades de um dado grupo social. O facto de às línguas românicas poucos vocábulos em *-ma* haverem passado, se pode muito bem, como o A. propõe, justificar-se por certa marginalidade da formação em *-ma* em relação à norma linguística, talvez se deva também relacionar com outros factos propriamente extra-linguísticos.

É certo, porém, que o A. não está totalmente alheio a esta problemática; as considerações que tece relativamente às palavras em *-σμός* / *-mus*, ao anotar que os primeiros empréstimos são ciceronianos (p. 63) e que pertencem principalmente à actividade intelectual (gramática e retórica sobretudo), como também a atenção que dá à contribuição dos autores cristãos, preocupados em renovar uma terminologia respeitante a certos sectores da actividade humana, revelam-nos que Jacques André sabe perfeitamente que a explicação linguística em «circuito fechado» poderá esbarrar com dificuldades insuperáveis. Por isso se nos afigura importante a comparação, no plano diacrónico, das três formações em *-ma*, *-sis* e *-smus* (pp. 66 ss).

Interessante nos parece ser o que sucede com o sufixo *-ista*, pela sua actualidade. Trata-se de um caso de longa duração, que acompanha a vida intelectual europeia através de muitos séculos. Os derivados em *-itae* e *-istae* surgem de início num campo bem delimitado (p. 97) como o da terminologia das seitas heréticas na época cristã, quando a eles pertencem, sempre sob a forma de plural, os nomes dos membros dessas seitas (p. 101-102). Sucedem que o latim não utilizou o sufixo *-ista* na formação de nomes de agente, pelo que o seu largo uso, para este fim, nas línguas modernas resultaria de uma origem sábia, mais devedora do grego *-ιστής* do que do latim *-ista*. O que o latim terá inventado foi a sua aplicação aos nomes dos membros de seitas religiosas, iniciando com isso um processo que ainda hoje se mantém, na formação de nomes de membros de partidos políticos. E mesmo aqui concorre com o sufixo *-ianus*: *leninista*, *estalinista*, *estaliniano*. Como ainda *erasmista* e *erasmiano*, embora neste caso não se trate de partido; apesar de que o nome de Erasmo foi suficientemente polémico para suscitar concordâncias ou discordâncias partidárias.

O critério rigoroso e prudente que o A. adoptou no trabalho é evidenciado nas conclusões. E caem bem, no espírito do leitor, as observações que aí faz acerca da frequência e da disponibilidade dos vocábulos e da noção de *hapax* (p. 125-126), aspectos muito importantes em qualquer trabalho lexicológico que se baseie em metodologia quantitativa.

Porque se trata de uma obra importante no campo do estudo do léxico latino, não será descabida a indicação do seu plano. O A. propôs-se incidir a pesquisa sobre os seguintes sufixos nominais de origem grega (p. 1): I — sufixos de nomes de acção em *-μα*, *-σις* e *-σμός*; II — sufixos de nomes de agente em *-τής*, *-τρια* e *-ισσα*;

III — sufixo de nomes de instrumento *-τήριον*; IV — sufixos para a formação de adjectivos em *-σειδής* e *-ώδης*.

Os propósitos enunciados na introdução encontram a sua justificação nas conclusões; mas a demonstração reside no material apresentado e ordenado ao longo do trabalho. E esta é, com certeza, sua parte mais valiosa.

J. A. OSÓRIO

CATALDO PARÍSIO SÍCULO — **Martinho, Verdadeiro Salomão**. Prólogo, tradução e notas de Dulce da Cruz Vieira. Introdução e revisão de Américo da Costa Ramalho. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Instituto de Estudos Clássicos. Coimbra 1974, 161 pp.

CATALDO PARÍSIO SÍCULO — **Duas Orações**. Prólogo, tradução e notas de Maria Margarida Brandão Gomes da Silva. Introdução e revisão de Américo da Costa Ramalho. Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra 1974, 150 pp.

Em 1974 fez o Professor Américo da Costa Ramalho vir a público dois volumes que contêm textos de Cataldo Parísio Sículo. O interesse deste Professor de Coimbra pela obra latina deixada por este humanista em Portugal, e cuja primeira edição é um dos incunábulos da tipografia portuguesa, é já antigo. A sua estadia na América do Norte, em contacto com o que ali se tem acumulado de documentação preciosa respeitante ao Humanismo renascentista peninsular, deve ter feito sentir nele a necessidade de enveredar por uma exploração sistematizada de um *corpus* ainda pouco utilizado pela investigação. Do que foi obtendo resultaram vários estudos que, com outros, vieram a ser incluídos nos seus *Estudos sobre a Época do Renascimento*, Coimbra 1969, onde Cataldo ocupa um lugar importante.

Na mesma linha de actividade, orientou várias teses e monografias sobre Cataldo; os dois volumes agora postos a lume são um dos frutos desta actividade. Ambos valem tanto pela apresentação histórico-documental de que aquele Professor os faz preceder, como pelo prólogo, texto e respectiva tradução das autoras, que assim tornaram acessível à investigação moderna, que pretenda debruçar-se sobre a cultura portuguesa da passagem do séc. xv para o séc. xvi, importantes instrumentos de trabalho.

O primeiro dos volumes indicados vem enriquecido por um texto precioso: um trecho do *De Platano*, que Costa Ramalho apresenta e traduz. O *De Platano* foi escrito por João Rodrigues de Sá de Meneses, fidalgo que manteve relações com

as principais figuras da cultura humanista portuguesa, sobretudo com aquelas que mais intimamente estavam em contacto com os meios europeus. Mercê dos dados fornecidos por textos como o presente, talvez um dia se possa fazer uma ideia mais completa e precisa dos círculos humanistas portugueses do princípio do séc. xvi; e pode acontecer que se venha a verificar que o chamado primeiro humanismo português foi predominantemente um movimento que alastrou por certos sectores da aristocracia, em especial aquela que contactava com os centros culturais da Europa. O mesmo João Rodrigues de Sá nos aparece na colectânea epistolar de Lovaina (1544) de Damião de Góis com uma carta dirigida a este último, ao tempo já editor da *Lappianae gentis deploratio*, a pedir algum livro escrito em bom latim sobre os povos da Samárchia, numa atitude de curiosidade erudita também patenteada no *De Platano*, reconhecida pelos contemporâneos e que tanto faz lembrar o tipo de saber documentado por Policiano no *Liber Miscellaneorum*.

Mas o trecho do *De Platano* assume uma importância ainda maior, mormente se o aproximarmos das *Epistolae* de Cataldo: é que nele se vislumbra a existência de um grupo de homens doutos formados já no humanismo dos primeiros anos do século pelo menos. Ora é cada vez mais sedutor verificar-se que o magistério de Cataldo Sículo, desde os últimos anos do séc. xv, ajudou a formar um ambiente já humanista entre nós, é certo que marcadamente ligado à escola italiana.

Não se põe, contudo, aqui o problema do contributo possível dos textos agora publicados na questão dos inícios do que se poderá chamar o humanismo português. As *Epistolae* de Cataldo serão, evidentemente, muito mais ricas de informes a este respeito.

Cataldo foi entre nós também um *orator* régio, situação comum a muitos outros humanistas. A sua «função» social respondia à necessidade de «ostentação» que os potentados do Renascimento sentiam em si. André Chastel caracterizou finamente este aspecto da exteriorização do «estado» e da condição dos grandes senhores, dentro de um universo de significação social de que a *feira* é outro modo de expressão. Ora um dos volumes de Cataldo publicado agora inclui duas *orationes* pronunciadas por ele nas «entradas» de Évora e de Santarém.

Não está ainda feito um estudo a fundo sobre as *festas* e, entre elas, as *entradas* portuguesas, principalmente no âmbito renascentista. Falta algo como *Les Fêtes de la Renaissance* (C.N.R.S., 1960); mas possivelmente, como sucedeu noutras locais, vir-se-ia a verificar uma continuidade grande em relação aos tempos medievais. Isso não invalidaria a pesquisa sobre a estrutura das *festas* na sociedade portuguesa já marcada pelo humanismo, para o que fatalmente terão de contribuir textos como estas *orationes*; e repare-se que o facto de um *orator* pronunciar discursos em latim no recebimento de altas figuras à entrada de duas cidades não é desprovido de sentido para a questão da implantação do humanismo entre nós.

Mas que humanismo? A pergunta, parece-nos, justifica-se pelos próprios textos de Cataldo postos a lume. As duas *orationes* estão carregadas de elementos retóricos adoptados da literatura oratória latina, como o prólogo da tradutora tem o cuidado de evidenciar também. Em momento de tão grande importância, tal ornamentação erudita contribuía, significativamente, para a função laudatória do próprio discurso; criava-se, assim, uma «sublimitas» que pretendia sublinhar a «dignitas» régia. Seria de bom ou de mau gosto? Não nos esqueçamos de que os ouvidos dos homens da época não eram insensíveis ao efeito sonoro — pelo